

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº \_\_\_\_\_, de 2003.**  
*(Do Sr. Colbert Martins)*

*Requer ao Ministro da Justiça,  
Dr. MÁRCIO THOMÁZ BASTOS, por  
meio dos relatórios daquele órgão,  
esclarecimentos a respeito da  
Tramitação do Processo que apura  
as responsabilidades pelas Escutas  
Ilegais de Telefones no Estado da  
Bahia.*

Senhor Presidente:

O deputado que esta subscreve vem, com fulcro no que dispõe o Art. 50 da Constituição Federal, combinado com as disposições regimentais cravadas nos Arts. 115, Inciso I e 116, Inciso II, requerer a V.Exa. que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, Dr. **MÁRCIO THOMAZ BASTOS**, informações a respeito da tramitação e encaminhamentos que estão sendo adotados pela Polícia Federal para concluir o processo que está apurando as responsabilidades pela prática de Escutas Ilegais de Telefones no Estado da Bahia – “Grampos Telefônicos”, detalhando, inclusive:

- 1 – Qual a situação atual do Processo;
- 2 – Quantas e quais pessoas ainda faltam serem ouvidas;
- 3 – Qual o efetivo prazo de conclusão do processo.

Exmº. Sr.  
Deputado **JOÃO PAULO CUNHA**  
DD. Presidente da Câmara dos Deputados.

**J U S T I F I C A Ç Ã O**

As informações aqui suscitadas, além de estarem amparadas nas disposições constitucionais que regem o mandato parlamentar, amparam-se também, na própria ação desenvolvida pela polícia Federal, pois, passados vários meses da descoberta do escândalo que vilipendiou cláusulas pétreas da nossa Constituição, mesmo após o delegado que conduz o processo ter voltado das suas férias, nenhuma informação sobre esse processo é publicizada.

Ademais, considerando a gravidade dos atos praticados e a repercussão alcançada pelo escândalo, mister se faz que os encaminhamentos adotados para apurar as responsabilidades sejam encetados de forma clara e que toda sociedade, notadamente a baiana, possa acompanhar dia a dia os trabalhos que estão sendo desenvolvidos pela Polícia Federal, instituição a qual reputamos ilibada conduta.

Assim, entendendo que a gestão processual e a administração pública devem ser transparentes e, preliminarmente, esclarecidas, esperamos que estas indagações sejam respondidas pelo Senhor Ministro, para que este Parlamento possa, cumprindo o seu papel institucional, acompanhar as ações desenvolvidas em prol do cidadão brasileiro.

Sala das Sessões, 03 de Setembro de 2003.

**Deputado COLBERT MARTINS  
PPS/BA.**